

N.F. Nº - 087034.0064/18-0
NOTIFICADO - O TORRES
NOTIFICANTE - OSMAR SOUZA OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ IRECÊ
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 27.05.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL
ACÓRDÃO JJF Nº 0161-06/21NF-VD

EMENTA: MULTA. DEIXOU DE ENTREGAR OS ARQUIVOS ELETRÔNICOS DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL-EFD OU OS ENTREGOU SEM AS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NOS PRAZOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. Contribuinte comprovou que não teve movimentação contábil fiscal nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2018. Notificante acatou parcialmente os argumentos da defesa, refazendo a planilha que estabeleceu o valor da multa. Infração subsistente parcialmente. Instância única. Notificação Fiscal. **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 25/12/2018, para exigir multa no valor histórico de R\$5.520,00, mais acréscimo moratório no valor de R\$271,17, perfazendo um total de R\$5.791,17, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 16.14.04: Deixou o contribuinte de efetuar a entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD ou o entregou sem as informações exigidas e nos prazos previstos na legislação tributária.

Enquadramento Legal: artigos 247, 248, 249 e 250 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12. Tipificação da Multa: art. 42, inciso XIII-A, alínea “L” da Lei nº 7.014/96, c/c a Lei nº 12.917/13 e art.112 do CTN – Lei nº 5.172/66.

O Notificado apresenta peça defensiva, com anexos, às fls. 33/37.

Informa que vem apresentar no prazo regulamentar a Defesa Justificativa referente a Notificação Fiscal nº 0870340064/18-0. Declarando para todos fins de Direito que realmente não houve: Registros de Saídas; Registro de Controle da Produção e do Estoque; Registro de Inventário; Registro de Apuração do ICMS; Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC); Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente.

Porque também não houve: Registro de Entradas, como prevê o Art.237 do RICMS/2012, ou seja, a empresa não adquiriu Compras nos meses de janeiro/2018 e fevereiro/2018, não tendo como gerar os demais livros previstos na geração do SPED.

Diz que segue como para análise:

- a) Consulta Site SEFAZ-BA – Destinatário – Compras adquiridas do período de 01/01/2018 a 30/04/2018 (constando somente Notas Fiscais do período de março/2018 e abril/2018), portanto janeiro/2018 e fevereiro/2018 não houve movimento Contábil e Fiscal.
- b) Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA) - janeiro/2018 e fevereiro/2018, marcadas a opção sem movimento.

Solicitamos, no entanto, autorização para retificação da Escrituração Fiscal Digital – EFD do período de março/2018 e abril/2018.

Solicitamos também, a isenção das multas de janeiro/2018 e fevereiro/2018, porque conforme prevê a Instrução Ato COTEPE ICMS 09/08 devem ser informados, no mínimo, além da abertura e

fechamento do bloco, os registros E100 e E110, mesmo que com os valores zerados que não são iguais a valores vazios.

Aguardando um parecer positivo quanto à isenção das multas de janeiro/2018 e fevereiro/2018 e autorização quanto às retificações dos períodos de março/2018 e abril/2018.

O Notificante na informação fiscal prestada (fls.39/41), preliminarmente faz um resumo da lavratura da Notificação Fiscal, referente às multas dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2018, pela falta de entrega no prazo legal das Escriturações Fiscais Digital – EFD.

Diz que a peça produzida a título de Defesa Justificativa relata que nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 não houve compras, solicita autorização para a retificação dos arquivos do EFD – Escrituração Fiscal Digital dos meses de março e abril de 2018, e finalmente pede a isenção das multas de janeiro e fevereiro de 2018.

As penalidades pela entrega dos arquivos eletrônicos de EFD – Escrituração Fiscal Digital, sem o movimento contábil da empresa referente aos meses de março e abril de 2018 são devidas, entretanto as penalidades referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2018 foram desconsideradas considerando que não houve aquisição de mercadorias nestes meses.

Conforme exposto acima, atendendo o questionamento do contribuinte, apresento uma nova planilha com o valor de R\$2.760,00 desconsiderando as multas dos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

Para assegurar o recebimento das multas devidas à Fazenda Pública Estadual, solicito aos Senhores Julgadores a procedência parcial da Notificação Fiscal.

VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar a multa pela falta de entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD no prazo regulamentar, ou o entregou sem as informações exigidas nos prazos previstos na Legislação Tributária, com o valor histórico de R\$5.520,00.

O Notificante, em cumprimento a Ordem de Serviço nº 505692/18, consultou o cadastro da empresa fiscalizada (INC-Informações do Contribuinte da SEFAZ) e constatou a entrega do EFD nos meses de janeiro a abril de 2018, com os arquivos da empresa sem o movimento contábil.

Desta forma em atendimento ao que estabelece os artigos 247, 248, 249 e 250, do RICMS/BA lavrou a Notificação Fiscal e cobrou a multa, definida no artigo 42, inciso XIII-A alínea “L” da Lei nº 7.014/96, c/c a Lei nº 12.917/13 e artigos 106 e 112 do CTN – Lei nº5.172/66.

Art. 250. O arquivo da EFD deverá ser transmitido ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22/01/2007, e administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no endereço “<http://www.receita.fazenda.gov.br/sped/>”, e será considerado válido após a confirmação de recebimento pelo Programa Validador e Assinador (PVA).

(...)

§ 2º O contribuinte deverá transmitir arquivo de EFD, por estabelecimento, até o dia 25 do mês subsequente ao do período de apuração, ainda que não tenham sido realizadas operações ou prestações nesse período.

Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

XIII-A - nas infrações relacionadas com a entrega de informações em arquivo eletrônico e com o uso de equipamento de controle fiscal ou de sistema eletrônico de processamento de dados:

l) R\$1.380,00 (um mil, trezentos e oitenta reais) pela falta de entrega, no prazo previsto na legislação, da Escrituração Fiscal Digital - EFD, devendo ser aplicada.

A Notificada na sua defesa solicita que seja retirada da Notificação Fiscal, as multas referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2018, considerando que a empresa não adquiriu mercadorias neste período e consequentemente não houve movimentação contábil e fiscal e também solicita autorização para retificação da Escrituração Fiscal Digital – EFD referente aos meses de março e

abril de 2018.

O Notificante na informação fiscal, aceita a argumentação de defesa da Notificada com relação as multas dos meses de janeiro e fevereiro de 2018, considerando que não houve movimentação contábil e fiscal da empresa neste período, porém mantém as multas dos meses de março e abril de 2018, tendo em vista que a Notificada realizou compras nestes meses, conforme relatórios e cópias das Notas Fiscais anexadas ao processo nas fls.13 a 29.

Analisando os elementos que compõem o PAF constato que a Notificada transmitiu a Escrituração Fiscal Digital – EFD dos meses de janeiro a abril de 2018 sem movimentação contábil fiscal. Na sua defesa alega e apresenta provas, que nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 não fez compras e consequentemente não teve nenhuma movimentação contábil fiscal.

O Notificante aceita as provas da defesa e refaz o valor da Notificação Fiscal, retirando as multas referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018 chegando ao novo valor da multa em R\$2.760,00.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº **087034.0064/18-0**, lavrada contra **O TORRES** devendo ser intimado o Notificado para efetuar o pagamento da multa no valor total de **R\$2.760,00**, prevista no art.42, inciso XIII-A, alínea “I” da Lei 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 04 de maio de 2021.

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR